

# CRESCIMENTO SUSTENTAVEL

UM, FUTURO  
PRÓSPERO  
E VERDE



## INTRODUÇÃO

Nós, na Iniciativa Liberal, abraçamos uma visão ambiciosa para o futuro de Portugal.

**A nossa visão é a de um futuro livre, próspero e sustentável**, garantindo um mundo melhor para as próximas gerações.

**Queremos que o progresso económico e social - assente em economia de mercado, inovação e tecnologia - caminhe lado a lado com a preservação do meio ambiente.** E no caminho em direção a esse futuro sustentável, rejeitamos quer a negação do problema quer o alarmismo proibicionista.

O Planeta é património comum que deve ser protegido, não vindo resposta alguma do imobilismo. Mas também nada de bom resulta do anticapitalismo mascarado de ambientalismo. As políticas ambientais não devem destruir a coesão social, limitar o bem-estar económico ou atropelar direitos e liberdades.

**A solução positiva e equilibrada é o Crescimento Sustentável.** Hoje já é possível crescer de forma cada vez mais sustentável, gerindo de forma mais eficiente os recursos do planeta.

Queremos crescimento económico, cada vez mais verde, para que haja mais recursos disponíveis para as futuras gerações, bem como tecnologia cada vez mais barata para acelerar a transição energética rumo a um futuro mais eficiente.

**O nosso compromisso é inequívoco: assegurar a liberdade, prosperidade e sustentabilidade das gerações vindouras, do nosso país e do nosso planeta.**

I



# O NOSSO DESAFIO

## I O NOSSO DESAFIO

O progresso social, económico e tecnológico que a humanidade atravessou nos últimos séculos foi tão extraordinário que os cientistas estão a considerar se foi inaugurada uma nova era geológica na Terra: o Antropoceno.

A natureza permanente do nosso impacto no planeta exige uma reflexão sobre as nossas aspirações enquanto espécie, e as consequências que elas terão não só sobre nós, mas sobre todos os seus habitantes. **O nosso desafio é continuar esse progresso melhorando a sustentabilidade do planeta e o futuro das gerações vindouras**, porque o mundo em que vivemos é património de todos

Foi a partir do século XX que ganhámos esta nova perceção das nossas repercussões no planeta. Isso resulta de um novo capítulo no desenvolvimento do nosso conhecimento através de novas capacidades tecnológicas e do seu extraordinário efeito não só nas nossas sociedades, mas também no ambiente e em todos os seres. É nosso dever garantir que tal resultado favorece o bem de todos, adotando uma postura vigilante face às possíveis consequências das nossas ações sobre o planeta. **A história da nossa espécie não é separável das transformações que nós produzimos na natureza.** Mas, graças ao conhecimento que hoje temos do nosso impacto e das nossas capacidades, estamos mais preparados do que nunca para garantir que este impacto sobre o planeta é positivo e considera os interesses das gerações futuras. **A sustentabilidade não deve ser só a preservação do futuro, mas a garantia de que esse futuro é melhor para todos.**

Cabe-nos garantir que esse será um futuro próspero e sustentável. **É graças à abundância que alcançámos com o desenvolvimento das nossas economias de mercado que podemos continuar a prosperar enquanto sociedades tecnológicas.** Foi através do desenvolvimento das primeiras ferramentas, do método científico, da especialização do trabalho, da industrialização, da liberdade de compra e venda, de expressão, de circulação, de pensamento, da acumulação de capital, da globalização, entre tantos outros produtos da humanidade, que levantámos uma espécie inteira do seu estado natural: a pobreza.

**O progresso económico e social dos últimos séculos foi aquilo que nos fez deixar de apenas sobreviver e passar a viver.** Trouxe-nos paz, liberdade, abundância, conhecimento, ócio. Não aceitamos que se romanceie o passado ou que se hipoteque o futuro das gerações presentes. Impedir ou reverter este caminho é condenar milhões de humanos às condições de que muitos povos já se libertaram. E acreditamos que ainda estamos muito longe do fim desse longo caminho de prosperidade. Graças a este progresso, temos agora a capacidade não só de gerir como de diminuir o nosso impacto na natureza sem pôr em risco a continuidade do nosso progresso. **Hoje podemos crescer de forma cada vez mais sustentável, colocando menos pressão sobre os recursos do planeta.**

## I O NOSSO DESAFIO

**É hoje consensual na comunidade científica que a temperatura média global não só vai aumentar como já aumentou**, como consequência das emissões de gases com efeito de estufa (GEE).

É também consensual que a causa deste fenómeno é humana: sem a intervenção antropogénica as alterações na temperatura média global não ocorreriam num espaço de tempo tão curto. Este consenso é o nosso ponto de partida, pois perante a incerteza, devemos-nos acompanhar do melhor conhecimento que temos à nossa disposição. Assim, a adaptação a este fenómeno e a mitigação face aos impactos futuros das alterações climáticas deve ser uma prioridade na agenda política.

É certo que a agenda ambiental não se esgota nas alterações climáticas, e que mesmo um planeta sem alterações climáticas exigiria sempre a nossa atenção. Mas encaramos com preocupação os vários efeitos deste fenómeno: desde situações de seca e pressão sobre os recursos hídricos; o aumento do risco e a intensidade de incêndios rurais; a desertificação e perda de biodiversidade; as chuvas e cheias que destroem cidades e povoações; o degelo das calotas polares e glaciares, a erosão costeira e a subida do nível médio dos oceanos.

Os impactos das alterações climáticas não mostram sinais de abrandamento. As mudanças causadas por estas alterações e pelas situações climáticas extremas irão alterar definitivamente a face do nosso planeta e das nossas sociedades. É também consensual na comunidade científica que as alterações climáticas já estão a ter consequências profundas sobre toda a vida do planeta. Assim, é crucial agirmos para evitarmos efeitos mais drásticos. Para isso, **precisamos de transitar para uma economia net-zero, isto é, de emissões líquidas de carbono zero ou, idealmente, negativas.**

Devemos, por isso, traduzir estas preocupações em políticas públicas suportadas numa estratégia realista e eficaz, na qual a preocupação pelo bem-estar da população é acautelada, apoiando o caminho para uma economia sustentável na promessa contínua de um futuro melhor para todos.

## I O NOSSO DESAFIO

Não ignoramos que as alterações climáticas não foram o único, o primeiro e tão pouco serão o último desafio global gerado com o avanço do nosso potencial tecnológico e civilizacional. Enfrentámos, no século XX, as consequências do desenvolvimento da tecnologia nuclear, com as suas várias aplicações, e fomos, até agora, capazes de evitar as suas piores consequências por via de tratados internacionais, como é exemplo a resposta de sucesso ao desafio do buraco na camada do ozono. **A cooperação internacional não só já deu frutos como será cada vez mais fundamental à medida que nos deparamos com desafios que não conhecem fronteiras.** Para que tenhamos sucesso, precisaremos de criar as instituições e os mecanismos necessários de cooperação internacional, adaptando e atualizando também as que já temos, e evitando fenómenos de free-riding por parte de países que procurem aumentar as suas emissões, aproveitando-se do esforço da grande maioria que procura diminuir.

É fundamental compreender também que a transição não acontecerá sem custos, nem do dia para a noite: os combustíveis fósseis foram o centro do progresso exponencial que alcançámos desde a revolução industrial e continuam a ser a fonte de energia central nas nossas sociedades. Sendo a energia uma das principais alavancas do progresso económico e social na história, **a transição para uma economia net-zero exigirá um esforço científico, económico e político global, o que pressupõe um mundo aberto à troca de bens, pessoas e conhecimento.** Esta transição terá impactos assimétricos entre países que é preciso considerar no desenho das políticas ambientais, sabendo sempre que o rumo para uma economia net-zero vai muito para além de uma política única e de uma resposta única.

A preocupação emergente com a sustentabilidade das nossas sociedades não veio para substituir o nosso rumo de progresso material e social, mas sim para complementá-lo. Será a mesma economia aberta de mercado que nos trouxe até aqui que será capaz de enfrentar os desafios que temos pela frente. **É tempo de colocar o progresso ao serviço do nosso meio ambiente, rumo à prosperidade com sustentabilidade.**



**A NOSSA -  
VISÃO**

## II A NOSSA VISÃO

**Ambicionamos um futuro próspero assente no crescimento sustentável.** Defendemos a mitigação das alterações climáticas e a proteção da natureza baseadas na inovação tecnológica e numa transição energética equilibrada, sem ceder ao radicalismo proibicionista, a distopias de decrescimento ou ao negacionismo cego. Caminhamos certos de que o rumo da descarbonização assente em sociedade livres irá abrir-nos a possibilidade de vivermos em economias cada vez mais eletrificadas, circulares e altamente automatizadas, com cidades densas, verdes, limpas e acessíveis, um ambiente protegido e incluído na nossa economia, com energia abundante, barata e segura. Este é o caminho que nos permitirá continuar a combater a pobreza, a falta de oportunidades e o baixo crescimento económico das últimas décadas. **O maior risco para o planeta e para a humanidade é o de não lutarmos por um caminho de progresso material e social.**

Temos um papel a cumprir na mitigação das alterações climáticas. **Temos o dever de contribuir para que, até 2050, a temperatura global média não ultrapasse os 1.5°C face à média pré-industrial como acordado internacionalmente,** no Acordo de Paris em 2015. Devemos honrar os nossos compromissos e colaborar no esforço global de redução das emissões de GEE.

O combate às alterações climáticas não é apenas nacional, mas sim global: o nosso contributo passa pelo trabalho local, **mas não podemos escusar-nos de ajudar os países em desenvolvimento a cumprir os seus objetivos e a adotar tecnologias limpas.** As alterações climáticas não irão afetar apenas os que mais poluem, mas sim todas as nações. O aquecimento global é uma externalidade global. É portanto fundamental que estes países possam aproveitar os frutos dos investimentos tecnológicos realizados nos países mais desenvolvidos para assim crescerem de forma sustentável, evitando práticas lesivas do ambiente. **Será o crescimento global que nos trará a capacidade de combater as alterações climáticas.**

Acreditamos que só honraremos estes compromissos se continuarmos a crescer, pois apenas crescendo seremos capazes de aumentar a nossa capacidade de mitigar as alterações climáticas enquanto melhoramos a nossa qualidade de vida, **abrindo a economia a novas oportunidades de crescimento sustentável.** Este crescimento assenta numa abordagem de respeito pela natureza, pelos recursos naturais e pelo habitat das diversas espécies essenciais para o equilíbrio presente e futuro do nosso planeta. Esse respeito pela natureza não implica a sua sobreposição às nossas necessidades enquanto continuamos a evoluir como sociedade numa economia de mercado. Implica, sim, um novo equilíbrio.



## II A NOSSA VISÃO

Por outro lado, o crescimento económico não tem de implicar o uso de mais recursos ou um aumento nas emissões de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>). Graças à eletrificação, há cada vez mais setores da economia que podem operar com base numa rede produzida por fontes de energias cada vez mais sustentáveis. Assistimos cada vez mais ao fenómeno de **decoupling** – de desacoplagem entre crescimento económico e as emissões de dióxido de carbono. **Muito do crescimento económico nos países mais desenvolvidos já não implica um aumento proporcional de emissões**, e em muitos casos já se verifica em simultâneo com uma redução absoluta das emissões, porque temos cada vez mais tecnologias que dependem cada vez menos de emissões de GEE. E este fenómeno verifica-se mesmo retirando o efeito da deslocalização da indústria para o mundo em desenvolvimento: em média, produzimos e consumimos bens cada vez menos intensivos em carbono.

**O nosso modelo social e económico permitiu a aposta no desenvolvimento de tecnologias cada vez mais limpas que nos permitem crescer emitindo cada vez menos GEE.** Contemplemos o grande desenvolvimento das fontes de produção de eletricidade nos últimos 200 anos, acompanhado pelo enorme aumento do uso da eletricidade no nosso dia-a-dia: passámos da queima massificada e ineficiente de matéria orgânica e uso descentralizado de geradores individuais de eletricidade, para tecnologias industriais de produção de eletricidade com base em carvão, gásóleo e fuelóleo, a que se seguiu um crescente uso de energia nuclear, de gás natural e de fontes de energia renovável, como é o caso da energia hídrica, da eólica e da solar. É este caminho que deve ser continuado e acelerado.

**Rejeitamos que a redução de emissões e a adaptação às alterações climáticas se faça espalhando o medo.** Somos contrários à imposição ou proibição de modos de vida e aos limites à liberdade individual. Nenhuma política ambiental será sustentável se for baseada na força bruta política. As políticas ambientais não devem destruir a coesão social, limitar o bem-estar económico ou atropelar direitos e liberdades. A sustentabilidade ambiental não pode ir contra a sustentabilidade social, económica e política. Seremos vigilantes em relação às forças mais sectárias que tentam aproveitar-se de causas meritórias para impor as suas velhas visões fracassadas, pretendendo apenas dar asas ao anticapitalismo mais primário, recusando, em nome uma qualquer revolução, medidas eficazes apenas porque estão sustentadas nos mecanismos da economia de mercado.

## II A NOSSA VISÃO

A adoção das políticas ambientais propostas pelos setores mais radicais da nossa sociedade seria contraproducente. Não seria viável erradicar todas as nossas emissões de GEE em poucos anos sem que isso representasse um perigoso retrocesso nas nossas liberdades e modo de vida, levando boa parte da população para a pobreza e intensificando o problema da pobreza energética em particular, que afeta um quarto dos portugueses.

O crescimento continuará a ser essencial na resolução dos nossos problemas: todos os indicadores de bem-estar, incluindo os ambientais, dependem intimamente do crescimento económico sustentado em sociedades democráticas com mercados livres. Podemos discutir a distribuição dos frutos desse crescimento, mas não podemos deixar que uma agenda anti-crescimento, ou mesmo a favor do decréscimo, seja económico seja populacional, destrua a base do consenso social nos nossos regimes e as perspetivas de futuro das novas gerações.

**As próximas gerações têm o direito de aspirar a uma vida tão ou mais próspera do que as gerações presentes.**

**Rejeitamos igualmente a ideia de que, em face da ausência de certezas, tudo deva ficar na mesma** ou, pior, de que não existem quaisquer alterações climáticas em curso, ou de que estas não têm uma fonte antropogénica. O meio século de evidência acumulada de que dispomos diz-nos que devemos fazer opções que, à luz do conhecimento científico de cada momento, evitem causar danos permanentes ao planeta. Temos, enquanto espécie, e em virtude das nossas capacidades, a responsabilidade de manter o planeta como um lugar vivo para todas as espécies.

## II A NOSSA VISÃO

Quando temos um bem comum, os incentivos de cada um a cuidar desse bem são menores, e é esse o principal desafio das alterações climáticas. Não só não devemos negligenciar a gestão desses bens por serem partilhados, como também não temos de sacrificar tudo o resto. Só uma abordagem equilibrada, apostando nas melhores ferramentas do génio humano, nos permitirá ultrapassar os falsos dilemas que nos são apresentados pelas forças mais radicais. Reverter este caminho é caminhar de novo para um cenário de tragédia dos comuns, pondo em causa o progresso que já fizemos até agora.

Precisamos de um diálogo sério e franco sobre o que é preciso fazer. Do derrotismo dos setores mais radicais não brotarão as ideias, as tecnologias, as empresas e as políticas de que precisamos para o longo esforço de mitigação das alterações climáticas. **Está na hora de rejeitar o medo que conduz apenas ao imobilismo. Está na hora de apostar nas tecnologias que podem desencadear um futuro próspero e sustentável.**

## III O NOSSO CAMINHO

Atualmente a **descarbonização já é um fator de competitividade económica** que compensa cada vez mais quem nela investe. Graças a esse desenvolvimento, as projeções atuais apontam para um pico das emissões do consumo global de energias fósseis ainda antes de 2030, com uma reversão da sua tendência de crescimento após esse momento. Esta tendência deve-se a uma diminuição dos custos de produção e à democratização de várias soluções.

Com o investimento de capital de risco em tecnologias limpas a disparar na última década, a quantidade de oportunidades tecnológicas também continua a aumentar. No entanto, falta-nos abrir a economia a todas essas oportunidades, removendo os incentivos perversos e as políticas públicas que hoje subsidiam os combustíveis fósseis.

A necessidade de abrir a economia a todas essas oportunidades também corresponde à realização dos nossos compromissos internacionais. O ambicioso pacote legislativo da União Europeia a este respeito, o Fit for 55, é um resultado da necessidade de cumprimento das diversas metas, que consiste em **reduzir as emissões de GEE em 55% até 2030, em relação a 1990**.

Portugal, enquanto país subscritor do Acordo de Paris, comprometeu-se com o cumprimento das nossas Contribuições Nacionalmente Determinadas (NDC), no âmbito das quais se encontra associado ao contributo da União Europeia. Apesar de existirem apelos para que se vá além das metas internacionais com as quais nos comprometemos, consideramos que é essencial, antes de mais, assegurar o seu cumprimento. Devemos ter sempre em conta a capacidade de investimento das pessoas e das empresas, não comprometendo a competitividade da economia e a qualidade de vida dos cidadãos.

## III O NOSSO CAMINHO

A transição energética é a principal via de redução das nossas emissões de GEE: sabemos que a produção e o consumo de energia elétrica continuarão a crescer tanto globalmente como em Portugal, fruto das necessidades do crescimento económico e da necessária eletrificação de vários setores da economia. Se Portugal acompanhar a atual tendência global, espera-se que a produção e consumo de energia elétrica no país duplique até 2050.

Felizmente, **por via da inovação tecnológica, as soluções limpas tornaram-se muito mais competitivas**. Segundo o Painel Intergovernamental sobre as Alterações Climáticas (IPCC), por exemplo, entre 2010 e 2020, o custo das baterias de lítio reduziu em 97% e o dos painéis solares em cerca de 89%. Estas reduções drásticas no investimento necessário mostram o quanto podemos atingir no futuro se aumentarmos a capacidade de investimento nestas soluções.

Para que os benefícios da energia abundante cheguem mais cedo a todos, é preciso que haja um **mercado de energia ágil, transparente e com preços que reflitam o valor real dos bens energéticos**, incorporando nestes o custo para a sociedade das emissões de GEE, e expandindo a oferta de eletricidade e moléculas verdes. Para isso é fundamental ligar Portugal ao resto da Europa, desburocratizando o licenciamento dos investimentos infraestruturais que os vários atores precisarão de fazer. Se a par desta estratégia de abundância, investirmos na eficiência dos nossos consumos energéticos, seja no edificado ou nos usos públicos, seremos capazes de assegurar eletricidade em abundância e a preços acessíveis para todos. Para isto, devemos evitar intervenções extemporâneas nos preços ou derivas populistas sobre os lucros das empresas, que não só distorcem o sistema de preços, como não abordam, nem tão pouco resolvem, as necessidades da transição energética.

Assim, **apoiamos o princípio da neutralidade tecnológica**: a legislação deve ser objetiva relativamente aos objetivos a alcançar, não escolhendo investidores nem tecnologias vencedoras. E sendo consequentes com essa posição, podemos reconhecer que, do ponto de vista das emissões de GEE, as fontes renováveis como a energia hídrica, a solar e a eólica, a base da nossa transição, são tão sustentáveis quanto a nuclear. Todas envolvem benefícios e custos de ordens diferentes. Devemos encará-las de forma racional, não adotando posturas no plano internacional que prejudiquem os países para os quais a energia nuclear é fundamental para a sua matriz energética, mas antes promovendo o estudo e o debate informados sobre a possibilidade de a implementar em Portugal de forma complementar às energias renováveis.

## III O NOSSO CAMINHO

Este processo não poderá perder de vista o trilema da energia, que versa sobre a necessidade de gerar energia que seja acessível, segura e sustentável. **Devemos assegurar que a transição para uma rede limpa ocorra em benefício das pessoas:** reconhecemos que o gás natural continuará a ser necessário nos próximos anos, sendo possível baixar gradualmente a procura enquanto asseguramos uma trajetória de mitigação da pobreza energética. As pessoas e as empresas terão também um papel cada vez maior no nosso sistema energético, com oportunidades não só de auto suficiência, mas de participação no mercado: para isso, vemos uma oportunidade promissora na produção e armazenamento descentralizado de energia para o uso doméstico em Portugal, através de oportunidades as das Comunidades de Energia Renovável, que representam um enorme potencial de redução de custos para o.

Hoje, o desenvolvimento de energia renovável em Portugal é estrangulado em todas as frentes por um Estado lento, burocrático e desconfiado em relação às empresas e as pessoas - desde a DGE, passando pela APA e pelo ICNF, é demasiado difícil investir na nossa transição energética. Se o Estado sair da frente, a sociedade portuguesa pode ir muito mais longe na descarbonização do sistema elétrico nacional.

Para melhor alinhar os incentivos na transição energética, reconhecemos o sentido da taxa de carbono, já que incide sobre uma externalidade concreta que afeta todos: as emissões de GEE, que provocam um dano global e tangível. Mas **é por entendermos que um sistema de preços ágil será sempre o motor da transição energética, desde que incorpore as externalidades negativas das emissões de GEE, que rejeitamos abordagens dirigistas e sustentadas em excessos regulatórios**, vindas do Governo português ou da União Europeia.

A taxação de carbono internaliza um custo social que não é expresso nos preços de mercado. Mas se alguns dos impostos ambientais assumem maior importância na economia, é fundamental também baixar os impostos sobre os rendimentos das pessoas e das empresas de forma a que não vejam a sua carga fiscal desproporcionalmente aumentada. Sabendo que os custos da transição podem repercutir-se injustamente sobre os consumidores mais vulneráveis, especialmente em tempos de crise, consideramos que a ajuda direta aos afetados será sempre preferível a intervenções discricionárias nos preços.

## III O NOSSO CAMINHO

Consequentemente, **devemos ser consistentes na aplicação do princípio do poluidor-pagador**, desenhando a taxaço verde de forma a não se tornar excessivamente onerosa para uns contribuintes em favor de outros e evitando formas de subsidiação que distorçam o sistema de preços. Ainda **existem vários apoios, isenções e benefícios fiscais que se traduzem num subsídio às atividades mais emissoras de GEE**. Está na hora de acabar com eles.

A taxaço de carbono articula-se no contexto do Comércio Europeu de Licenças de Emissão, conhecido como cap and trade, num conjunto de incentivos e sinais de preços fundamentais na direção do mercado rumo à transição energética. As empresas abrangidas por este sistema obrigatório, que cobre cerca de 45% das emissões de GEE na Europa, negociam entre si a licença de emissões acima do limite estipulado ao nível da UE. Assim, as empresas que necessitam de ultrapassar as quotas previstas de emissão de GEE, no decurso do seu processo de adaptação, podem trocar o seu excesso de emissões a preços de mercado com outras empresas que já reduziram abaixo dos objetivos propostos.

**Apoiamos a expansão do atual sistema cap and trade da União Europeia**, o qual tem produzido resultados positivos na diminuição de emissões. O mercado de cap and trade beneficia todas as empresas envolvidas, e incentiva de igual modo todos os atores a acelerarem o seu processo de descarbonização. Este limite de emissões será reduzido gradualmente através da aplicação de quocientes lineares anuais. Este processo constitui um sinal claro aos operadores económicos sobre a necessidade de descarbonização e dos custos da inação, garantindo, coletivamente, o cumprimento dos objetivos europeus de descarbonização.

Para além do mercado obrigatório, apoiamos a expansão do mercado de créditos de carbono voluntário, onde empresas e entidades dedicadas à remoção ou mitigação de emissões de CO<sub>2</sub> beneficiam do investimento de outras mais poluidoras. Cada vez mais, as nossas empresas terão um papel fulcral na mitigação das alterações climáticas, devendo as instituições ser eficazes na certificação e na fiscalização de potenciais fraudes.

**O desenvolvimento da economia circular também será fundamental na redução da nossa pegada ambiental**. A produção de bens não recicláveis e o descarte desmesurado de produtos, que podem ser reaproveitados e reintroduzidos na economia, tem impactos negativos sobre todos, degradando o meio ambiente. Vamos precisar das empresas para aumentar a eficiência dos materiais que usamos, que ainda é demasiado baixa em Portugal.

## III O NOSSO CAMINHO

E embora seja ainda insuficiente para anular o impacto dos plásticos, dos equipamentos eletrónicos e de todos os metais, além de implementarmos sistemas de depósito e reembolso, devemos também incentivar a criação de produtos reutilizáveis, promovendo a investigação e desenvolvimento no tratamento destes produtos. Devemos fazê-lo de forma equilibrada dado que, em muitos casos, os produtos circulares, reutilizáveis ou recicláveis não alcançam ainda preços competitivos em relação aos produtos não circulares: a imposição acelerada de metas e obrigações aumentaria os custos para famílias e empresas, reduzindo o apoio social necessário na mudança de paradigma.

O sistema português de gestão de resíduos vive numa atmosfera de inércia enquanto falha sistematicamente as metas com que o Governo se comprometeu. Para que este esforço resulte, também **precisamos de estar preparados para reformar todo o nosso sistema de gestão de resíduos**, eliminando o desperdício e o depósito em aterro em Portugal e desburocratizando o enorme emaranhado de regimes jurídicos do qual depende o nosso sistema e dando às empresas a oportunidade de serem mais proativas na economia circular.

Mas poluir menos não basta. Temos uma responsabilidade para com o nosso território, e devemos protegê-lo a todos os níveis. Desde o aproveitamento da água, às florestas, ao mar e à biodiversidade. Existem inúmeras oportunidades para desenvolvermos uma economia baseada no uso sustentável dos nossos recursos, especialmente quando estes se encontram cada vez mais pressionados pelas alterações climáticas, que se fazem sentir por todo o território nacional. Para isso, teremos de estar dispostos a adotar soluções mais ambiciosas, para além da necessária racionalização do uso da água, que começa na real internalização, no preço e nas taxas, dos custos associados à sua extração e utilização. Mas com a correta manutenção das redes, passando por um sistema de transvases nacional para responder às secas e à adoção de soluções de dessalinização para as áreas mais pressionadas, **é possível assegurar água em abundância para Portugal** a preços acessíveis para todas as pessoas e setores.





**O NOSSO  
CAMINHO**

## III O NOSSO CAMINHO

**E sim, acreditamos no papel da propriedade privada na partilha de responsabilidades ambientais.** Aquilo que é de todos não é de ninguém, acabando negligenciado. A propriedade privada incentiva à responsabilidade. Por outro lado, o Estado não pode falhar, como tem falhado, no seu papel de gestão das áreas protegidas, abandonando-as ao acaso e não estabelecendo objetivos ou métricas na sua gestão, monitorização ou fiscalização, nem sendo capaz de concluir o cadastro de todo o território rural, nem assegurando a existência de áreas protegidas marinhas com supervisão adequada, o que redundará num fraco aproveitamento das oportunidades económicas no território marítimo e terrestre. **É por isso que o Estado deve trabalhar com as empresas e a sociedade civil na gestão do território, sempre tendo em conta a importância da descentralização:** as comunidades locais estão melhor colocadas que os governos centrais para gerir os recursos naturais locais. E precisamos de mapear de vez os solos contaminados e estabelecer a legislação necessária que estabeleça a responsabilização dos atores envolvidos.

Regulando as nossas intervenções na natureza, devemos sempre acautelar o nosso impacto na sua exploração, evitando-o ou compensando-o sempre que necessário, sendo certo que **a regulação ambiental não justifica o excesso burocrático que as empresas portuguesas enfrentam todos os dias.** Acreditamos, também, na importância da exploração sustentável e estudada de recursos estratégicos tais como o lítio, gás natural ou as terras raras, compensando as populações locais sempre que necessário, de forma a reduzir a nossa dependência nestas matérias de potências pouco democráticas.

A necessidade de proteção do ambiente não explica nem a falta de capacidade de resposta do Estado português, nem a sua inércia burocrática. Um país ambicioso na sustentabilidade não pode encontrar dificuldades sistemáticas nos investimentos essenciais à transição energética.

**Só teremos sucesso num futuro e sociedade sustentáveis se desenvolvermos uma relação de confiança com quem trabalha o nosso território.** Nos setores da agricultura, das florestas e do mar, há inovações à mão de semear que podem assegurar a sua sustentabilidade sem comprometer a competitividade do nosso setor primário. Os agricultores, os pescadores e os silvicultores estão na linha da frente das alterações climáticas e precisam de soluções baseadas na ciência que lhes permitam reduzir os seus consumos de recursos e o impacto sobre a terra e o oceano. Por isso defendemos políticas que desbloqueiem o seu potencial competitivo.

## III O NOSSO CAMINHO

Precisamos de contabilizar os denominados serviços dos ecossistemas terrestres e marinhos, ganhando uma melhor compreensão do valor da sua proteção, e introduzindo os corretos sinais de preços no mercado. Será sempre difícil criar medidas de proteção adequadas ou criar políticas públicas bem desenhadas se não soubermos o valor dos serviços que nos são entregues pela natureza.

**Mas não é só o território rural que defende o nosso ambiente: as cidades são uma das chaves da transição energética** e da promoção de um modo de vida mais harmonioso com o ambiente. Foi o seu crescimento em densidade que permitiu à natureza voltar a ganhar muito do espaço que outrora pertencia a atividades e povoamentos humanos. O desenvolvimento tecnológico na agricultura, que comprimiu radicalmente o número de hectares de solo agrícola per capita necessários para alimentar as populações, recuperou ainda mais espaço à natureza e à biodiversidade. Por isso, fará cada vez mais sentido **encetar projetos no âmbito do restauro natural e do rewilding, reorganizando com planeamento o nosso território para que sirva para todos.**

O modo de vida urbano não só é compatível, como ajuda também o ambiente: resta-nos descarbonizar as próprias cidades. **A criação de mais espaços verdes nas cidades e a promoção da reflorestação em áreas envolventes,** com diversos benefícios ambientais e sociais, são passos fundamentais para garantir um ambiente urbano sustentável e saudável. A tendência de baixa do custo do carro elétrico é também um passo nessa direção. Mas se podemos produzir veículos que não emitem quaisquer GEE, podemos também gerir as nossas cidades de forma a tornar o uso de carro menos necessário face a uma boa oferta de transportes públicos. A má gestão dos nossos transportes tem consequências sérias para as pessoas e para o ambiente: em contraciclo com a tendência geral de decoupling de crescimento de GEE na nossa economia, as emissões do nosso setor dos transportes subiram 10% relativamente a 2013, acima do nosso crescimento económico, representando hoje um quarto das emissões de CO2 em Portugal. E pelo caminho, os portugueses sofrem no dia-a-dia com um sistema de transportes imprevisível, pouco conveniente e com um grave défice de qualidade.

## III O NOSSO CAMINHO

Por isso, **defendemos uma expansão da oferta de transportes coletivos verdes nas cidades que garanta intermodalidade, frequência e conveniência** para os utentes, sendo estes investimentos prioritários face ao investimento na redução de preços de transportes públicos que atualmente já são, por si, altamente competitivos face aos custos envolvidos no uso intensivo do carro. E mais eficiência se pode ganhar ainda se promovermos um planeamento urbano favorável à mobilidade suave, criando de forma estudada mais condições para o transporte de bicicleta de forma complementar aos transportes coletivos, como acontece em muitas cidades europeias. Nas longas distâncias, a **ferrovia pode constituir um impulso na coesão territorial do país**, na redução de custos de transporte e mercadorias e na provisão de um serviço de transporte rápido e cómodo. Para isso, precisamos de acelerar os investimentos de infra-estrutura necessários e liberalizar totalmente o setor da ferrovia.

Como temos visto ao longo de várias áreas, a redução das emissões de GEE é uma estratégia em várias frentes que necessitará de várias soluções. Apoiaremos sempre uma abordagem equilibrada que encare as várias tecnologias possíveis e adaptadas aos diferentes contextos geográficos. Não podemos ter dúvidas: as soluções de hoje são frutos de uma sociedade tecnológica com capacidade para crescer. A tecnologia e a inovação não deixarão de ser a alavanca para um futuro sustentável. **Precisamos de um Estado que saia da frente da inovação.**

A inteligência artificial, por exemplo, está ainda no início de uma reta ascendente que poderá transformar profundamente as nossas sociedades. A par dos riscos que comporta, é uma tecnologia que traz consigo inúmeras oportunidades de inovação tecnológica, que a par da digitalização dos serviços pode contribuir na melhoria da gestão das nossas redes energéticas.

## III O NOSSO CAMINHO

Na energia, encontramos várias tecnologias, ora de geração, ora de transporte de energia, que podem acelerar a nossa descarbonização. Desde o hidrogénio, que pode ser produzido a partir de energias limpas e mostra alguma promessa embora ainda em estudo, aos combustíveis sintéticos de baixo carbono, podemos esperar desenvolvimentos importantes no decorrer desta década. E nas baterias, começam a vislumbrar-se inovações que nos poderão permitir ultrapassar o atual paradigma do lítio.

No médio-longo prazo, a promessa da fusão nuclear poderá trazer-nos energia em grandes quantidades, a baixo preço e sem muitos dos problemas associados à fissão nuclear. Tanto na Europa como nos Estados Unidos, o investimento público e privado nesta tecnologia tem disparado: nunca devemos perder de vista o nosso horizonte tecnológico. **Temos o dever de abrir cada vez mais possibilidades científicas e tecnológicas às nossas sociedades.** Não devemos usar dinheiro dos contribuintes em tecnologias pouco maduras, mas devemos promover uma sociedade capaz de as adotar rapidamente quando se tornam viáveis.

## III O NOSSO CAMINHO

Algumas dessas tecnologias já se encontram a poucos anos da fase de comercialização em massa, como é o caso das tecnologias de captura e armazenamento de carbono (CCS) no subsolo ou tecnologias de captura, utilização e armazenamento de carbono (CCUS). Estas tecnologias poderão desempenhar um papel essencial na compensação das emissões dos setores mais difíceis de descarbonizar, pelo que o próprio IPCC já as enquadra em todos os seus cenários de mitigação das alterações climáticas. Hoje, já podemos falar na possibilidade de reduzir, extrair e reaproveitar o dióxido de carbono da atmosfera, levando a economia circular para além do uso dos materiais, chegando às próprias emissões de GEE.

E no uso da terra, a edição genética poderá dar o impulso que precisamos para alimentar as nossas populações de forma sustentável. Hoje, somos capazes de desenhar variedades de plantas que são mais resistentes a pragas, consomem menos água e exigem menos intervenções na terra, sem perder produtividade. Devemos lutar para que os agricultores possam ganhar com estas tecnologias, não repetindo os erros do passado.

Os diversos exemplos que aqui apresentamos não pretendem ser uma lista exaustiva das diferentes potencialidades tecnológicas da nossa sociedade, mas sim uma demonstração do que nos levará a um futuro mais sustentável: o investimento contínuo no nosso potencial criativo. O papel do Estado é e deve ser a defesa de políticas públicas que desbloqueiem os desenvolvimentos necessários, não se focando numa tecnologia específica ou solução única.

**É possível alcançarmos um futuro livre, próspero e sustentável.**

## CONCLUSÃO

Ao longo deste manifesto, expusemos o que consideramos serem os desafios atuais para um futuro sustentável para as próximas gerações. Um futuro construído sobre bases que não negam os impactos do passado e do presente no planeta que lhes deixamos, defendendo **um modelo de crescimento sustentável**. É essa defesa que serve como base para o nosso combate político. Acreditamos num futuro verdadeiramente sustentável: ambientalmente, economicamente e socialmente sustentável.

A nossa principal motivação para esta defesa é a necessidade de **retomar a ambição por um futuro mais próspero. Demonstrando não só como podemos, mas como devemos compatibilizar a transição verde com essa visão.**

Os mercados abertos, as sociedades livres e a liberdade de escolha continuarão a ser o centro dos países com capacidade de inovar e investir. São estas as sociedades que serão capazes de se adaptar, mitigando o impacto das alterações climáticas e realinhando a nossa relação com o ambiente. **Não fazemos concessões à retórica que se limita a colocar os nossos desafios comuns num patamar inalcançável** face aos nossos anseios e expectativas de vida. Dessas narrativas sairá apenas medo.

Contra essa perspetiva, apresentamos um discurso liberal sustentável, favorável ao progresso, à prosperidade e à proteção do ambiente. A Iniciativa Liberal surgiu em Portugal contra uma atmosfera de resignação num país que cada vez mais parecia contentar-se com pouco. **A Iniciativa Liberal representa a ambição, e continuará a representá-la pelo nosso ambiente. Ambicionamos prosperidade com sustentabilidade.**

Não só em Portugal, mas também no mundo, emergem cada vez mais desafios que parecem insistir em prolongar este sentimento de impotência, com as consequências políticas e económicas que daí advém. Cabe-nos, enquanto liberais, persistir sempre na busca pelos caminhos da liberdade que nos permitam ultrapassar todos esses desafios: desde as alterações climáticas, às tensões geopolíticas e às tecnologias emergentes. **Não nos desviaremos do rumo de Liberdade que produziu sociedades tão prósperas. E não acreditamos que haja outro caminho que nos assegure um futuro melhor para as próximas gerações.**

# CRESCIMENTO SUSTENTAVEL

UM, FUTURO  
PRÓSPERO  
E VERDE

